



Comissão Nacional de Bioeconomia

Minuta da Ata da II Reunião Extraordinária

Aos 30 dias de junho de 2025, das 14h às 18h, as organizações membros da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) reuniram-se virtualmente por meio de videoconferência. Os participantes constam em lista de presença anexa.

I – Abertura.

I.1. Abertura da 2a Reunião Extraordinária da CNBio

II – Ordem do Dia.

II.2. Aprovação da Ata da 1a Reunião Extraordinária da CNBio.

- A Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), Carina Pimenta, informou que a Secretaria-Executiva acumulará também a presidência da Comissão até que seja designado novo ocupante do cargo de Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), uma vez que o então Secretário Rodrigo Rollemberg pediu exoneração para assumir o mandato de Deputado-Federal. Além disso, devido à ausência de quórum, a pauta foi invertida, iniciando-se pela discussão com os representantes estaduais da região amazônica.
- Em complemento, Carina Pimenta fez um breve panorama sobre o histórico do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), apontando a co-construção durante a primeira fase do Plano com povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCtAfs), que já foi discutido na CNBio e está em Consulta Pública. Acrescentou que a metodologia adotada na elaboração do Plano é a Política Orientada por Missões (POM) e que há três Grupos de Trabalhos (GTs) atualmente na Comissão: i. Bioindústria e Biomanufatura; ii. Biomassa; e iii. Ecossistemas Terrestres e Aquáticos e Sociobioeconomia. Os Grupos estão trabalhando para que ainda em julho sejam discutidas as Missões restantes na CNBio para a segunda fase da Consulta Pública, que deve ser de 5 de agosto a 5 de setembro de 2025. Por fim, informou que entre os dias 12 a 14 de agosto de 2025 acontecerá o Seminário Nacional com PIPCTAfs para validação do texto da Consulta Pública.

III – Apresentações.

III.1. Apresentação da Secretária Carina Pimenta sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia - PNDBio e a versão atual das Missões correlatas.

- Carina Pimenta apresentou o estado atual do desafio societal, as missões, metas e eixos transversais (Governança, Sistema Nacional de Informações, Salvaguardas, Instrumentos Financeiros e Impactos), visando construir uma base comum sobre o Plano para dar início à discussão.

III.2. Apresentações dos Estados Amazônicos sobre “Situação e Perspectivas para a Bioeconomia no Estado e Contribuições e Expectativas considerando o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia – PNDBio”.

- A Secretária-Executiva, Carina Pimenta, afirmou que há a necessidade de interação com os Governos subnacionais para a construção do PNDBio, por isso feito o convite para que os representantes possam apresentar as discussões e ações estaduais sobre bioeconomia, assim como elencar sinergias e complementaridades com as políticas estaduais.
- Camille Bemerguy, Secretária-Adjunta de Bioeconomia no Estado do Pará, apresentou que o Plano Estadual de Bioeconomia faz parte de um plano mais amplo de redução de emissão de gases de efeito estufa no Estado. Lançado em outubro de 2022, o Plano Estadual tem atualmente 122 ações e prevê um processo de revisão periódica, com reuniões e consultas públicas. O Plano dispõe de plataforma de monitoramento - com Comitê Executivo -, em que as ações são monitoradas e alimentadas por todas as 18 Secretarias que co-construíram o Plano. Sobre a consulta com comunidades, cada uma construiu uma carta com suas demandas e que podem ser analisadas. Para dar escalabilidade ao Plano, além do monitoramento das ações, foi desenvolvido o Parque de Inovação como propulsionador de pesquisa e desenvolvimento, que terá uma estrutura física. Uma das dúvidas é como a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) nas salvaguardas de REDD devem atuar para financiar a bioeconomia.
- Taísa Mara Moraes Mendonça, Secretária de Meio Ambiente do Amapá, apresentou as discussões de seu Estado, concentradas na temática de sociobioeconomia. O objetivo seria melhorar a qualidade de vida da população aliado à preservação das florestas e manutenção das águas limpas. Um Decreto estadual foi publicado em 2024 e prevê a comunicação de todas as Secretarias do Estado. Como passo inicial, foram mapeadas as principais cadeias da sociobioeconomia no Estado, totalizando 11 áreas que se destacaram. O Programa instituiu metas de curto, médio e longo prazos, atrelando desenvolvimento econômico e social, inovação, infraestrutura, preservação do meio ambiente, capacitação e eficácia.
- Jeibi Medeiros, Secretário-Executivo do Amazonas, afirmou que o Plano de Bioeconomia estadual está alocado na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Realizando um resgate histórico, apresentou que os debates se iniciaram há dez anos com o desenvolvimento da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e Política Estadual de Mudanças Climáticas. Em 2020, foi feito um primeiro Seminário, que já

está na quinta edição, de bioeconomia em formato digital, para se reunir com atores locais e discutir o tema. Em 2023, foi criada uma linha de crédito e programa de inovação para entender o real impacto da bioeconomia no Estado. Em 2024, foi desenvolvido um Comitê Técnico com membros do Estado. Nesse meio tempo, foram efetuadas conversas periódicas com as equipes do Pará, Amapá e Roraima para trocar experiências sobre planos de bioeconomia. A etapa atual é de diálogos da bioeconomia: a equipe já percorreu 71 mil km fazendo escuta com comunidades, já que há dificuldades logísticas no Estado. Apresentou que o próximo passo deve ser levar à Consulta Pública em agosto/2025 e que a ideia é que se apresente o Plano na COP 30.

- Luciana Rôla, Chefe da Divisão de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente do Acre, informou que seu Estado está em um estágio diferente dos demais apresentados. Em 2024 foi criado um Grupo de Trabalho interno para discussão de Biodiversidade, onde a bioeconomia está inserida. Além disso, destacou que há outros programas estaduais relacionados com a Bioeconomia, como a agenda de 10 anos e o plano de desenvolvimento socioeconômico. Também tem 3 grandes projetos de conservação e recuperação de resiliência socioambiental, aprovados em janeiro/2025. Afirmou que não há um plano específico de Bioeconomia, mas diferentes ações de fomento à agenda. Por fim, defendeu que é necessário maior investimento nas cadeias do Estado, o que pode ser viabilizado via Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Diogo Martins, Diretor de Governança Climática do Estado de Rondônia, afirmou que a discussão de Bioeconomia está pulverizada nas políticas públicas do Estado, como na de mudanças climáticas e ABC+, sendo apresentadas como diretrizes ou eixos. Fragmentação semelhante acontece no endereçamento do tema nas Secretarias. O Estado tem a Câmara Temática de Bioeconomia e de Serviços Ambientais. Há uma tendência do Estado de se construir uma sincronia com a política nacional e os planos estaduais, mas destacou que é necessário haver diálogo com os Estados amazônicos para a elaboração de um plano nacional de bioeconomia que tenha justiça com os povos e comunidades tradicionais.

III.2.1. Comentários e perguntas dos participantes.

- A Secretaria-Executiva, Carina Pimenta, agradeceu pelas apresentações e destacou a riqueza da contextualização e elementos de conexões de agendas em diferentes perspectivas, o que mostra o desafio do Plano Nacional. Em seguida, questionou os presentes sobre como a CNBio pode ter um diálogo recorrente com os Estados.
- Luciana Rôla, Chefe da Divisão de Biodiversidade da Secretaria de Meio Ambiente do Acre, defendeu que a expectativa sobre o PNDBio é que ele seja capaz de descentralizar recursos, reconhecer singularidades regionais e que promova desenvolvimento sustentável de base, com floresta em pé e agricultura regenerativa. Por fim, destacou a importância de se considerar o Acordo de Kunming-Montreal e compromissos globais do clima, desertificação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Taísa Mara Moraes Mendonça, Secretária de Meio Ambiente do Amapá, solicitou que todos compartilhassem as apresentações.

- Bruna De Vita, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), afirmou que foram construídas ações nos Estados e participado de momentos de construção de políticas públicas de bioeconomia. Afirmou que as apresentações serão enviadas por e-mail aos presentes.
- Carina Pimenta trouxe a pergunta deixada no *chat* pela Julia Pupe da CNI, sobre a plataforma de monitoramento desenvolvida pelo Estado do Pará.
 - Luz Marina Almeida, representante da SEMA do Pará, afirmou que o financiamento do Plano de Bioeconomia foi destacado no Plano Plurianual, mas também houve parcerias com Organizações da Sociedade Civil, como TNC, WRI, além de financiamento internacional, como KFW. Já no Parque de Inovação, destacou que há parcerias para negócios comunitários e startups que trabalham com produtos alimentícios, pois o Parque será um catalisador de bionegócios comunitários de alimentos e bebidas.
- A Secretaria-Executiva, Carina Pimenta, agradeceu pelas contribuições dos representantes dos Estados. Informou que deve prosseguir o diálogo com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) para o engajamento com os Estados. Destacou que para o MMA, a Amazônia é um tema chave na discussão de Bioeconomia e que, além do Plano Nacional, o Ministério também está desenvolvendo o programa “Prospera Sociobio”, que deve ser anunciado na Semana da Amazônia. Por fim, colocou a Secretaria Nacional de Bioeconomia à disposição para a construção dos programas estaduais de bioeconomia, sendo a cooperação federativa uma boa prática para o andamento da Bioeconomia.

IV –Informes:

IV.1. Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia – PNDBio (Missões, Metas e Ações do PNDBio).

- Daniella Fartes, representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), informou que no GT da Bioindústria foram criados subgrupos para trabalharem de maneira mais aprofundada sobre cada uma das 3 Missões, pois foi constatada a necessidade de aprofundamento nas ações estratégicas.
- Valeria Martins, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária e representante da coordenação do GT de Biomassa, informou que precisa da colaboração dos membros da Comissão para trabalhar os itens 5, 10, 12 e 17 da Missão 1 de Biomassa. Já na Missão 2, os pontos de atenção para auxílio da Comissão são os itens 8 e 9.
 - Missão 1 - Ação 5- Melhoria das infraestruturas locais para escoamento da biomassa: manutenção e novas vias;
 - Missão 1 - Ação 10- Desenvolver processo de produção de biomassa em áreas de restauração florestal via manejo sustentável;
 - Missão 1 - Ação 12- Criar métricas para mensurar o potencial da biomassa para preservar, conservar e recuperar os ecossistemas; Articulações entre as políticas

- relacionadas a economia florestal para ampliar o seu alcance e impacto (Plano Floresta + Sustentável, Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas);
- Missão 2 - Ação 8- Adequação dos instrumentos financeiros e de incentivo ao perfil das produtoras de biomassa não-tradicional ou emergentes;
 - Missão 2 - Ação 9- Melhoria do banco de dados da biodiversidade brasileira, incorporando aspectos de avaliação físico-químicos, indexação e comparativos com outros bancos de dados internacionais; foco em novas espécies.
- Daniella Fartes, representante do CGEE, apontou que entre as lacunas apontadas pela Valéria, já há alguns especialistas que serão contatados para aprofundamento. Além disso, destacou que o momento é de construção e que modos de implementação das ações ainda vão aparecer no Plano Nacional.
 - Rafael de Sá, coordenador do GT de Bioindústria, apresentou que a Missão 3 trata de processos bioquímicos nos parques industriais, petroquímico, químico e de refino; a 4 sobre a garantia de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFAS); e a 5 sobre aproveitamento de biomassa. Na Missão 3, já foram construídas as suas duas metas, mas aguarda uma harmonização mais fina com o Programa Nova Indústria Brasil (NIB). Sobre a Missão 4, também estará integrada ao Ministério da Saúde e ao NIB.
 - Missão 4. Promover a saúde e bem-estar por meio da inovação e aumento da capacidade de produção nacional de insumos e produtos de origem vegetal, priorizando o patrimônio genético brasileiro e segurança de abastecimento e a partir do seu uso sustentável.
 - Meta 1 - Ampliar para 5% a participação de produtos fitoterápicos no faturamento total do mercado farmacêutico em 2035.
 - Meta 2 - Ampliar em X% a produção nacional de produtos e insumos de origem vegetal, priorizando o patrimônio genético brasileiro, para a saúde e bem-estar no Brasil até 2035.
 - Meta 3 - Estruturar, até 2035, cadeias produtivas completas de produtos e insumos de origem biológica vegetal, priorizando o patrimônio genético, de 20 fitoterápicos, com pelo menos 15 incorporados ao SUS, de X produtos e de X de suplementos.
 - Thiago Giuliani, representante da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), apresentou a Missão 5, afirmando que buscou formulações para abranger de maneira mais precisa a biotecnologia, incluindo novos produtos, processos, agregação de valor e aproveitamento integral das biomassas. Assim, foi construída uma meta relacionada à inovação tecnológica e outra relacionada à geração de novos produtos. Nesse sentido, foi construído um indicador de resultado final, que é a ampliação de produtos e bioproductos sustentáveis. As demandas de mercado ficaram mais alocadas na Missão 3, de biorrefinarias e bioinsumos.
 - Rafael de Sá, representante do MDIC, em complemento, informou que o ponto principal da Missão 5 é o pacote tecnológico para processamento da biomassa, enquanto a geração de demanda está sendo desenvolvida na Missão 3. Destacou que são ações que possivelmente vão atender mais de uma Missão.

- Missão 5. Promover a biotecnologia e a produção das cadeias de processamento de biomassa dos setores agropecuário e extrativista nacionais, para a geração de bioprodutos sustentáveis, garantindo o abastecimento, inovação e a produção nacional de insumos em biorrefinarias, fazendas, associações e cooperativas, ampliando o valor agregado e o aproveitamento integral da biomassa.
 - Meta 1 - Implementar X novos processos e produtos sustentáveis, ampliando o valor agregado e o aproveitamento integral da biomassa (descrever o indicador, incluir TRL9 como referência a processos e produtos).
 - Meta 2 - Ampliar X% a produção de bioprodutos sustentáveis de biorrefinarias, fazendas, associações e cooperativas (definir o pacto de produtos a serem mapeados, excluindo os produtos já tratados nas outras missões).
- Daniel César Cardoso, Coordenador de Patrimônio Genético do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, apresentou sua revisão da Política Orientada por Missões e também da literatura, para construir da melhor forma o texto acerca da Missão de saúde. Como resultado, obteve um grande número de ações para a Missão, o que faria parte do processo de elaboração. Assim, serão refinadas e elaboradas para melhor atingirem o resultado esperado em 2035. Como próximo passo, haverá uma avaliação quantitativa das ações para entender o que não está contemplado ou não deveria estar presente.

IV.2. Informes sobre os próximos passos do processo de elaboração do PNDBio.

- Daniella Fartes, representante do CGEE, afirmou que há pontos que precisam de apoio específico para serem aprimorados, mas há também exercício de consolidação em algumas Missões que precisam de priorização e aglutinação. O objetivo da apresentação no estágio atual seria mostrar pontos que ainda estão faltando e precisam ser identificados, aprimorar o que já foi feito e abrir espaço para contribuição dos membros da Comissão. Assim, informou que os GTs vão trabalhar paralelamente, mas ficarão paralisados até o dia oito de julho do ano corrente (08/07/2025) para que os membros da CNBio possam analisar a absorver o material já produzido.
- Bruna De Vita, representante do MMA, informou que haverá nova Reunião Extraordinária no dia vinte e cinco de julho do presente ano (25/07/2025) e que em breve todos receberão o convite em suas agendas.
- A Secretaria-Executiva, Carina Pimenta, reforçou a importância de todos compartilharem as ações estratégicas das Missões para que, mesmo tendo a ciência que os textos estão em elaboração, todos possam contribuir.
- Julia Pupe, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), questionou sobre os prazos de contribuição para os textos transversais de Salvaguardas e do Sistema Nacional de Informações.

- Bruna De Vita, representante do MMA, solicitou que as contribuições para o texto de Salvaguardas e do Sistema Nacional de Informações sejam enviadas para o e-mail da Comissão até o começo da semana seguinte.

V – Encerramento.

V.1. Encerramento dos trabalhos.

Encaminhamentos

- Contribuição ao documento das Missões e ações estratégicas - até 08/07/2025
- Envio pelos GTs de nova versão atualizada - 15/07/2025
- Reunião Extraordinária para validação do texto - 25/07/2025
- As apresentações dos Estados serão encaminhadas aos participantes
- Contribuições para o texto de Salvaguardas e Sistema Nacional de Informações - 04/07/2025